



MR 024. Riscos, impasses e possibilidades do fazer antropológico em tempos sombrios

Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS) - Coordenador/a, Jurema Gorski Brites (Universidade Federal de Santa Maria) - Debatedor/a, Sandro José da Silva (UFES) - Participante, Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (Museu Nacional - PPGAS) - Participante, Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC) - Participante

A história da Antropologia é marcada pelo comprometimento da disciplina com causas diversas. Algumas bastante controversas. No caso da Antropologia brasileira, algumas muito salutares. Essa MR propõe debater, a partir dos acontecimentos que marcaram o Brasil em 2016, um pouco dessa movimentação de aparente retrocesso e novidades incômodas. A partir de trajetórias acadêmicas que se encontram em diferentes momentos, destacaremos como a história na Antropologia no Brasil é tecida por meio de um fazer científico comprometido com as populações estudadas e, em geral, em situações de risco político, de apagamento e de vulnerabilidades inúmeras. Há situações sintomáticas do perigo representado pela Antropologia no país ao se colocar ao lado daqueles que, embora compondo a maioria demográfica no campo e na cidade, ainda representam um enorme contingente de minorias sociais sujeitas a ausências de todos os âmbitos. Essa MR, então, refletir sobre a antropologia política do golpe, as fronteiras agrárias e religiosas hoje, as transformações nas relações com o trabalho doméstico, a partir de questões étnico-raciais e de gênero, que algumas vezes, com novas roupagens, tentam desconstruir esse saber acumulado ao longo de mais de um século de Antropologia no Brasil.

A Antropologia, as antinomias do real e a postura e instrumental para enfrentar (novos) tempos sombrios ou eventualmente claro-escuros

Autoria: Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho

Os antropólogos, tal como o conjunto da sociedade brasileira, não podemos deixar de estar perturbados com a situação do país. Mas as perturbações não são necessariamente do mesmo tipo, nem conduzem necessariamente ao imobilismo. Creio que entre os antropólogos cabe uma reflexão coletiva - que em parte é uma rememoração - para enfrentarmos os atuais riscos, impasses e possibilidades. A rememoração parece necessária entre outros motivos para reafirmar uma postura hoje consolidada na nossa disciplina; qual seja a recusa a uma perspectiva evolucionista, esta sim, em tais tempos sombrios podendo levar à perplexidade. Também parece fundamental esta rememoração para recordar as categorias que desenvolvemos em tempos anteriores e avaliar o seu potencial hoje, bem como para prosseguir nosso esforço teórico e refletir sobre as condições de work de então vistas a partir do nosso presente.

Antropologia política do golpe: etnografias da vida em tempos de políticas da morte

Autoria: Sônia Weidner Maluf

São vários os desafios que o golpe de 2016 traz para a antropologia brasileira. A antropologia acontece na história, e o conhecimento antropológico não é imune aos acontecimentos. Proponho pensar esses desafios em dois aspectos. O primeiro mobiliza questões teóricas, conceituais, éticas e políticas, reconhecendo que as populações, comunidades e sujeitos com quem pesquisamos vivem uma situação de vulnerabilização e precarização de suas condições de vida e possibilidades de reconhecimento e autodeterminação. O segundo aspecto é o de constituir um programa etnográfico visando, de um lado, cartografar os impactos causados pelo abandono das políticas sociais e pelo avanço das políticas da morte; e, de outro, entender as novas



configurações do campo político brasileiro, o aparecimento de atores políticos que combinam uma pauta reacionária, ultra neoliberal de Estado mínimo e métodos fascistas.

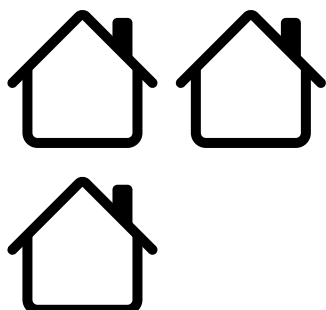
Quando as bruxas somos nós: A CPI como problema antropológico

Autoria: Sandro José da Silva

Em 1999, sob a acusação de que a Fundação Nacional do Índio ?demarca imensas áreas indígenas sem qualquer critério confiável? a ?CPI da FUNAI? questionou os direitos indígenas. Em maio de 2017 a ?CPI da FUNAI e do INCRA? concluiu que indígenas e quilombolas são levados a ?defender o bem como ferramenta para praticar o mal? e pediu o indiciamento de índios, antropólogos, integrantes da igreja Católica, procuradores federais, servidores da FUNAI e do INCRA. A comunicação sugere a CPI como uma modalidade híbrida de controle constitucional-moral de direitos étnicos e da atuação de antropólogos pela ótica inquisitorial brasileira.



Realização:



Apoio:



Organização:

